

Governo autoriza aumento de gastos

UGO BRAGA

BRASÍLIA - A onze dias do fim do ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a autorizar mais gastos para os ministérios com recursos do Orçamento de 1999. Desta vez, o decreto presidencial, programado para o Diário Oficial de hoje, amplia em R\$ 1,501 bilhão o limite de despesas destinadas a custeio e investimento.

Os recursos serão gastos nos primeiros meses do próximo ano. A liberação foi feita agora, conforme explicações dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, porque o governo é proibido por lei de fazê-lo após a virada do ano. O secretário-executivo do Planejamento, Guilherme Dias, chegou a dizer que, se a ampliação não fosse feita, algumas contas do poder público deixariam de ser pagas.

Área social - O Ministério da Previdência recebeu a maior parcela dos recursos - R\$ 479,5 milhões. Com ela pagará benefícios a aposentados do INSS e a idosos com mais de 67 anos e deficientes físicos atendidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). A chamada área social do governo (além da Previdência, Saúde, Educação e Reforma Agrária) receberá metade do dinheiro, ou R\$ 750 milhões.

A outra metade irá para os ministérios ligados a investimentos. A pasta dos Transportes, uma das mais beneficiadas em ampliações

de gastos anteriores, ganhou mais R\$ 42,75 milhões para os próximos meses. A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, responsável pela política habitacional, receberá R\$ 64 milhões e o Ministério da Integração Nacional outros R\$ 123 milhões.

Guilherme Dias informou que os gastos foram liberados da forma mais bem distribuída possível. Segundo ele, havia pressões por verba partindo de todos os ministérios. "Todos foram atendidos depois de uma análise cuidadosa", falou.

Caixa - A nova despesa também não chega a prejudicar o ajuste fiscal do governo. Desde janeiro, a receita federal vem apresentando um resultado melhor do que o esperado e propiciou sobras de caixa para o Tesouro. São essas sobras que estão sendo liberadas.

Ampliar o limite de gastos públicos é um artifício recente. O Orçamento da Geral da União, aprovado no ano passado pelo Congresso, prevê despesas de R\$ 38,3 bilhões em atividades de custeio (contas de água, luz e telefone, por exemplo) e investimentos (construção de estradas, reforma de prédios públicos), única rubrica do orçamento sobre a qual a burocracia federal tem controle - as demais são vinculações previstas na Constituição. Ajudado pelo aumento na arrecadação, o governo se permitiu ampliar o limite de despesas que ele próprio se impusera.